

MAC0458 - Direito e Software

Transformação Digital em Governos

Anderson Andrei da Silva

26 de agosto de 2019

A palestrante Danielle Bello abordou o tema Transformação Digital em Governos ilustrando todo o cenário no qual podemos discutir tais conceitos. Em resumo, é um contexto onde a forma como a sociedade se reorganiza de tempos em tempos e a necessidade e crescimento da dimensão dos problemas enfrentados pelo governo, tem gerado crise nas instituições, maior demanda e pressão social. Como discutido na palestra anterior, tudo isso tem gerado a discussão e a evolução do conceito de Governo Aberto, e aqui também, a forma encontrada de solucionar tais problemas é através de tecnologia e inovação.

Assim como a transformação de um governo se tornar "Aberto" não é automática, mas sim gradual, Danielle nos mostrou que o processo de transformação digital também possui suas etapas. A primeira delas é marcada pela mudança de Governo Analógico para Eletrônico, onde os processos passam a ser eletrônicos, ou seja, executados através de TICs, mas sem mudar os procedimentos ou dinâmicas, e principalmente, sem interconexão ou acesso amplo dos dados. A segunda etapa parte de um Governo Eletrônico para Digital, onde então os processos entre diferentes secretarias começam a se comunicar, o acesso passa a ser mais transparente e claro, e a abordagem e estrutura passam a ser focadas no usuário.

Um Governo Digital se baseia em 6 pilares, de forma a ser 1) conduzido pelo usuário; 2) proativo; 3) orientado por dados; 4) concebido como digital; 5) aberto por padrão; 6) um governo como plataforma. Assim, traz mais liberdade para o usuário, aceitando opiniões, sugestões e se torna de fácil acesso. Ao ser pensado de uma nova forma, é estruturado e desenvolvido desde o início beneficiando sua integração e desenvolvimento, pois é estruturado desde o início para sustentar esses 6 pilares. Também possui o conceito de código aberto, sendo passível de verificações de qualquer um que se dispunha e também acessível à modificações e melhorias por quem queira se basear, melhorar ou integrar outros sistemas.

Danielle nos mostrou que podemos falar de Transformação Digital no Brasil desde o ano 2000, onde já se começou a trabalhar e pensar em ações que tendem à essa direção. E o que torna oficial esse planejamento e prática é a criação do que são chamadas de "Estratégias". Elas definem os requisitos, objetivos, prioridades e formas de acompanhar o desenvolvimento de políticas que causem tais transformações. Como por exemplo, a Estratégia de Transformação Digital, a Estratégia de Governança Digital 2016-2019 e a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (e-digital).

Então, nos foi mostrado em detalhes o Pátio Digital, uma política de Governo Aberto da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, que se baseia em transparência, inovação e colaboração. Danielle nos mostrou as principais entregas e ações através dessa plataforma, como o Prato Aberto; Código Aberto - Recurso Público Retorna ao Público; Dados Abertos e Fila da Creche. Onde, todos os projetos são políticas que visam transparecer melhor a informação aos usuários. Mas, como ainda não interagem entre si nem entre secretarias e como não são efetuados desde o início de forma digital e integrada, ainda não são práticas de Governos Digitais. E o aplicativo Prato Aberto é um exemplo disso, uma aplicação que disponibiliza a informação das refeições diárias das escolas do Município de São Paulo, mas só agiliza e centraliza tais informações para os usuários, e não para os servidores públicos, que por sua vez, possuem tais informações dispersas entre diversos arquivos e locais.

Mas, ainda assim, o Pátio Digital faz parte da Estratégia de Transformação Digital e Governo Aberto da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Então, é um projeto com políticas que almejam uma transformação digital para o governo, e dessa forma, possuem como princípios e diretrizes: 1) Métodos ágeis; 2) Foco no usuário; 3) Priorização e entregas rápidas; 4) Transparência e Privacidade; 5) Ética e integridade; 6) Open source; que são baseadas nos 6 pilares apresentados acima.

Danielle aponta que tal processo passa por etapas, em ordem de prioridade: correção, evolução e desenvolvimento. Traçando então uma trajetória que corrija os erros dos sistemas existentes e permita que os serviços funcionem; que evoluam de forma a implementar novas funcionalidades; e alcancem o desenvolvimento de novos sistemas, abordando e solucionando novos problemas. E em meio à tudo isso, existem problemas como transições incompletas entre correções ou integrações; barreiras digitais, como sistemas desatualizados, abandonados ou impossibilitados de receberem correções; e a proteção e privacidade de dados pessoais, já que agora pensamos

em dados abertos e de fácil acesso.

Por fim, com oportunidade de conversar com a palestrante, pude questionar até onde um governo se diz Aberto, como se torna Digital, se existe essa distinção e se ocorre realmente nessa ordem. E então foi esclarecido que essa transição existe e pode ser pensada como a transição de um Governo Eletrônico para o Digital, pois um governo pode ser Aberto por possuir políticas e soluções baseadas em tecnologia e transparência, por exemplo, mas não chega a ser Digital por não ter essas soluções integradas. Concluindo, um governo Aberto pode não ser Digital, mas um governo Digital é Aberto.